

Ata da 73ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em vinte e nove de outubro de 2013, com início às nove horas e trinta minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo Vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos Vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão e, solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 204/2013. Projeto de Lei nº 206/2013. Parecer favorável da Comissão de Segurança Pública e Trânsito ao Projeto de Lei Ordinária nº141/2013. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 1 de 2013 ao Projeto de Lei Ordinária nº 71/2013 e contrário ao Projeto de Lei nº 196/2013. Pareceres favoráveis da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei Ordinária nº 71/2013 e a Emenda 1 de 2013 ao Projeto de Lei Ordinária nº 71/2013. Pareceres contrários da Comissão de Viação, Obras Pública e Urbanismo ao Projeto de Lei Ordinária nº196/2013 e a Emenda 1 de 2013 ao Projeto de Lei nº196/2013. Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 04/2013. Ofício SEAJUR/ATL nº443/2013 em resposta ao requerimento nº 272/2013. Ofício SEAJUR/ATL nº445/2013 em resposta ao requerimento nº 235/2013. Ofício SEAJUR/ATL nº446/2013 em resposta ao Requerimento nº 250/2013. Ofício nº449/2013 do Executivo Municipal, requerendo a retirada da condição de urgente ao Projeto de Lei nº 196/2013. Ofício do Gabinete do Prefeito Municipal sob nº453/2013 requerendo o arquivamento do Anteprojeto de Lei nº 196/2013. Ofício do gabinete do executivo municipal sob o nº 454/2013, solicitando a inclusão do pedido de urgência do Projeto de Lei nº 205/2013. Ofício da CEF sob nº 3462/2013/SR Oeste do PR referente ao Termo Aditivo – Alteração de Contrapartida - Contrato de Repasse 763129/2011 – Processo nº 0370572-30/2011 –MTUR – TURISMO SOCIAL NO BRASIL. Comunicado nº CM225216/2013, informando o repasse financeiro do Fundo Nacional de Educação para o Município de Cascavel. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Luiz Frare João Paulo, Rui Capelão, Pedro Martendal e Gugu Bueno. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**. Contudo não houve qualquer solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA** - Em discussão e votação as atas das 5º e 6º sessão extraordinárias, realizadas nos dias 16 e 17 de outubro de 2013, foram aprovadas pela totalidade de votos dos vereadores. Em discussão Projeto de Lei nº192/2013, usou da palavra o vereador Jorge Bocasanta que questionou o prazo limite para sua votação, bem como, a necessidade deste ser anterior a 90 dias, ou seja, até 31/09/2013, para fins de validade. Em aparte, o vereador Pedro Martendal esclareceu que não se tratava de aumento, mas sim, de atualização formal do índice; sendo dispensável a observância do prazo de 90 dias. Esclarecida a questão, o presidente submeteu a votação o Projeto de Lei nº 192/2013 que foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em discussão o Veto Total ao Projeto de Lei nº 84/2013, usou da palavra vereador Marcos Rios, que encareceu aos demais pares a votação contrária ao veto, haja vista o benefício inequívoco que isto traria para a população; ao tempo que pediu votação nominal. Em aparte, o vereador João Paulo corroborou a este

entendimento, afirmando que não houve reflexão necessária por ocasião do veto, vez que inconcebível o deslocamento de pessoas da periferia, notadamente idosos e crianças para se depararem por vezes com a falta do medicamento na Farmácia Básica. Em aparte, o vereador Fernando Winter destacou a relevância do projeto, pontuando que a justificativa do executivo era muito frágil, pelo que votaria contrário ao veto. Em uso da palavra, o vereador Rui Capelão lembrou que iniciativas desta ordem contribuem para melhorar a gestão da saúde, de modo que as despesas que acarretam são irrisórias se comparadas aos benefícios. Em aparte, o vereador Robertinho Magalhães mencionou a facilidade que concede para a vida da população, sobretudo a mais humilde, vez que Cascavel cresceu muito; e se manifestou contrário ao veto. No prosseguimento, o Presidente submeteu a votação nominal o veto total ao Projeto de Lei nº 84/2013 que foi rejeitado pela totalidade dos vereadores, a saber: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Na sequência discutiu-se o parecer contrário da Comissão da Agricultura e Defesa do Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 71/2013, quando usou da palavra o vereador Rui Capelão que acatou o entendimento da Comissão. Explicou que, entendia que de fato o artigo 3º prejudicava o projeto, vez que não facultava a mobilidade da feira. Acrescentou que protocolizou a emenda 1, corrigindo tal falha. Em uso da palavra o vereador Nei Haveroth questionou se a mencionada emenda seria analisada na presente sessão e considerando que a resposta foi negativa, procedeu então a justificativa do voto contrário exarado pela comissão em apreço. Explicou estar respaldado nas audiências públicas realizadas que contou com a presença de agricultores e da diretoria da feira, que inclusive, pugnavam pela mudança de local. Em uso da palavra, o vereador Gugu Bueno solicitou voto favorável ao parecer, ao tempo que o vereador Rui Capelão protestou pela votação nominal. Na sequência o parecer contrário da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 71/2013 foi acolhido por 14 favoráveis e 06 contrários; sendo favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios e Romulo Quintino, e contrário os vereadores: Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini. Em face do resultado apresentado, o Projeto de Lei nº 71/2013 foi rejeitado de plano. No prosseguimento, em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 77/2013 este foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 120/2013, usou da palavra o vereador Paulo Porto defendendo que o mesmo corrige distorções, vez que isenta tanto o HU – Hospital Universitário quanto a UNIOESTE do pagamento da taxa de sinistro, pelo que solicitou voto favorável. Em uso da palavra o vereador Gugu Bueno procedeu à leitura da justificativa do Projeto de Lei, mencionando estar amparado na indicação do vereador Paulo Porto com acolhida pelo executivo. Acrescentou que, restava assim, desmistificada a falta de diálogo do Poder Executivo com o Poder Legislativo e com aqueles que militam na oposição. Em aparte, o vereador Paulo Porto expressou agradecimentos pela acolhida de sua indicação, ressaltando porém, que o benefício era direcionado para toda sociedade cascavelense. Em uso da palavra o vereador Rui Capelão argumentou quanto à necessidade de visão mais global, sobre a natureza dos serviços desenvolvidos pelas empresas; de modo que aquelas de

relevante cunho social deveriam ser igualmente beneficiadas com a isenção. Em aparte, o vereador Jorge Bocasanta pontuou que o Hospital Universitário era um dos mais ricos do município, com custo por paciente elevado em relação aos outros nosocômios do município. Adiantou que realizaria emenda, pleiteando isenção para todos os hospitais particulares que prestam atendimento a mais de 80% da população pelo SUS. Acrescentou que os hospitais enquadrados nesta situação são os que mais necessitam de incentivo, vez que recebem valores muito baixos pelos serviços que prestam. Em aparte, o vereador João Paulo louvou a incentivo do vereador Paulo Porto, lembrando que, as contas do HU- Hospital Universitário deveriam ter mais transparência. Defendeu também, a necessidade de cobrar contrapartida da UNIOESTE, notadamente na esfera da saúde em benefício da comunidade. Em aparte, o vereador Paulo Porto lembrou que a UNIOESTE é a única universidade estadual do Paraná que aderiu ao SISU, pelo que 50% das vagas passariam a ser para quotistas socioeconômicos, beneficiando a classe trabalhadora e, no futuro humanizando o sistema. Usou da palavra o vereador Paulo Bebber lembrando que a Lei 5.711 foi alvo de muita discussão nesta Casa de Leis, bem como, de demandas judiciais. Informou que há sindicatos que já não pagam mais taxa de sinistro; ao tempo que aludiu à necessidade de discutir pormenorizadamente a Lei 5.711, haja vista a responsabilidade do Estado e a urgência na retirada de carga de impostos excessiva que incide sobre o empresariado. Em aparte, o vereador Gugu Bueno expressou preocupação com a ampliação do rol de beneficiados pela isenção da taxa de sinistro, lembrando que o Hospital Universitário é 100% público. Argumentou que no tocante a gestão há que se mobilizar para mudar, seja por interferência política ou técnica, a saber: auditoria, sindicância ou mesmo de outros meios legais, mas arrematou que os hospitais ainda que particulares, estão adstritos ao atendimento dos interesses sociais. Em aparte, o vereador Nei ressaltou que o projeto pretendia a isenção de taxa e não a isenção da obrigatoriedade em realizar o trabalho preventivo que lhe cabe. Pontuou que não houve o julgamento final por parte da Justiça com relação a isenção da taxa de sinistro, ressaltou o risco das empresas serem obrigadas a efetuar pagamento retroativo; aludindo ademais, a obrigação social das empresas desde o seu nascedouro. Em aparte, o vereador Paulo Porto, parabenizou o vereador Gugu por sua fala em defesa do setor público e lamentou a posição esposada pelo vereador Jorge Bocasanta no entendimento de que o hospital particular tem que ser isento do pagamento de taxa de sinistro. Na sequência o presidente submeteu a votação nominal o Projeto de Lei 120/2013 que foi aprovado pela totalidade dos vereadores, a saber: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Na continuidade deu-se a discussão o Projeto de Lei nº 194/2013, quando usou da palavra o vereador Marcio Pacheco, destacando a inversão de valores pela sociedade, notadamente no que concerne aos idosos. Frisou a importância de rever valores, quiçá exterminando preconceitos que persiste em relação a eles e, pediu voto favorável ao projeto. Em aparte, o vereador Fernando Winter parabenizou os proponentes pela iniciativa e estabeleceu breve contraponto com a morte assistida aos que não dão mais lucro a sociedade, em razão da idade avançada e augurou que isto jamais se transformasse em realidade no Brasil. Em aparte, o vereador Pedro Martendal ressaltou a importância deste projeto, afirmando que o reconhecimento do direito dos idosos é uma obrigação de todos, assim como a urgência de se efetivar o Estatuto do Idoso, como

ferramenta valiosa. O vereador Marcos Rios solicitou autorização para se retirar do recinto, em razão de compromissos anteriormente assumido com o jurídico da Prefeitura, ao que o Presidente aquiesceu, haja vista já ter sido comunicado antecipadamente. Em uso da palavra, o vereador Paulo Porto destacou que houve crescimento da longevidade no Brasil, daí a importância de políticas públicas para o idoso, com fortalecimento das mesmas, concedendo a esta causa à visibilidade necessária. Em aparte, o vereador João Paulo louvou a iniciativa dos proponentes do projeto de lei e expressou a indignação com a ortotanásia por vezes praticada nas UPAS, atingindo, sobretudo o segmento idoso da população. Em uso da palavra, o vereador Rui Capelão na conta de edil mais idoso desta Casa de Leis, afirmou a importância dos nobres pares visitarem os grupos de terceira idade e similares, a fim de conhecerem a realidade e as reivindicações desta parcela da sociedade de Cascavel. Em aparte, o vereador Vanderlei destacou a importância do projeto de lei em questão, e aproveitou o ensejo para convidar todos os presentes para comparecerem ao Fórum Municipal Sobre o Direito do Idoso, a ser realizado na UNIPAR, a partir das 13:30 horas. Acrescentou a importância de um centro de convivência voltado para os idosos, com espaço destinado para esporte, cultura, educação e lazer; encarecendo o apoio dos deputados aliados. Em aparte, vereador Paulo Porto esclareceu que, a data de 01 a 07 de outubro foi escolhida por ser o dia nacional do idoso e não pela proximidade com as eleições. Em votação nominal o Projeto de Lei nº 194/2013, foi aprovado pela totalidade dos presentes, sendo favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Beber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Por último, o presidente lembrou a data limite para apresentação de emendas, relativas as diretrizes orçamentárias para 2014. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, cuja primeira inscrição foi a do vereador Luiz Frare, que abriu mão da palavra. O segundo inscrito, vereador João Paulo louvou a ação das UPA's que realiza o trabalho de primeira atenção à saúde, mas ressaltou os problemas da central de leitos com espera de 10 a 15 dias. Informou o deslocamento dos integrantes da CPI da Saúde até Curitiba, com a finalidade de dialogar com as autoridades competentes, especialmente o Secretário de Saúde do Estado, e solicitar providências. Encareceu a destinação de maior número de profissionais da área médica para atendimento nos postos de saúde; ao tempo que pediu ao secretário municipal de saúde o envio de clínico geral para a região do Cascavel Velho. Aludiu a matéria veiculada no Jornal O Paraná pontuando que é destinada mais verba para o assistencialismo do que para a saúde e educação, frisando o seu inconformismo. Em aparte, o vereador Vanderlei aludiu a necessidade dos responsáveis prestarem os esclarecimentos necessários, notadamente quanto à triagem da central de leitos e o sistema adotado pelo Estado do Paraná. Propôs reflexão quanto ao tempo de espera e a realidade fática oposta àquela propalada, ou seja, de que não há falta de leitos. Em aparte, o vereador Nei parabenizou os integrantes da CPI da saúde, ressaltou que a vida não tem preço e daí a importância de cobrar ações coerentes e concretas dos gestores. O presidente passou a palavra para o próximo inscrito, o vereador Rui Capelão, que mencionou a recepção de queixa com relação à saúde, especificamente no posto de saúde do XIV de Novembro, onde há apenas 9 fichas para atendimento pelo médico clínico geral. A seguir, apontou que o orçamento apenas admite emenda se estiver contemplada no PPA, mas que estas são sistematicamente vetadas, tornando inoperante

o trabalho desenvolvido por esta Casa de Leis. Reafirmou que em razão disto, sua ação tem se limitado ao dever de levar ao conhecimento as demandas das comunidades de bairro, bem como da sociedade cascavelense em geral. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Pedro Martendal, que abriu mão da mesma. Na sequência, próximo inscrito, vereador Gugu Bueno, externou preocupação com notícia veiculada no Jornal Hoje sobre o empréstimo do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, apelando para a sensibilidade dos demais pares, a fim de não inviabilizar a questão. Ressaltou que estes recursos serão destinados a mobilidade urbana e a mudança do eixo de Cascavel, vez que no ano de 2030 o município deverá ter a sua população duplicada. Finalizou afirmando que, o jogo político tem um limite e este limite jamais pode transpor aos interesses da cidade de Cascavel. E nada mais havendo a tratar e a constar, a presente ata foi lavrada por mim, Marina Rodrigues Toledo, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário